

Um documento sobre a evangelização

O IV Sínodo dos Bispos, que se realizou em Roma em Outubro de 1974 subordinado ao tema da «Evangelização do mundo contemporâneo» não pode emanar, como se esperava, um documento orgânico sobre o assunto tratado¹. Talvez como em nenhuma das suas edições anteriores, a última sessão da instituição sinodal — que foi no entanto interessante e frutífera — manifestou as dificuldades que o método de trabalho até agora dominante oferece para chegar a uma pausada redacção de textos doutriniais. Por isso, no fim daquela Assembleia os Padres Sinodais quiseram colocar nas mãos de Paulo VI «o fruto dos seus trabalhos, declarando que esperavam do Papa um novo impulso, capaz de criar tempos novos de evangelização numa Igreja cada vez mais arraigada na força e poder perenes do Pentecostes». Assim o recolhia o Papa no seu discurso de clausura daquele momento solene.

O Santo Padre Paulo VI, coincidindo com o décimo aniversário da clausura do Concílio Vaticano II (8.XII.1975), realizou este desejo, expresso por todos os lados, durante o Sínodo e depois. O fruto foi uma extensa Exortação Apostólica, que tem como título as suas primeiras palavras latinas: *Evangelii nuntiandi*, e cujo conteúdo é «a evangelização do mundo contemporâneo».

O próprio Paulo VI, na sua tradicional saudação de Natal ao Sacro Colégio Cardinalício, destacou a transcendência do texto que acabava de entregar à Cristandade, ao qualificá-lo como «uma *summa* — ampla, completa, actualizada — dos problemas e das instâncias que a gravíssima consigna da evangelização do mundo contemporâneo levanta hoje à Igreja — desde os Pastores aos sacerdotes, às famílias, aos leigos —, nas diversas formas em que a vida se articula». Com efeito, a exortação *Evangelii nuntiandi* não somente se inscreve desde agora entre os grandes documentos pontifícios que, no século presente abordaram o tema da missão da Igreja, como se destaca dentre eles por esta singular característica: existe nele uma clara vontade de realizar um tratamento exaustivo e completo — uma *summa* — da evangelização. E isto numa dupla frente: sistemática a primeira, estudando ordenadamente o fundamento, o conteúdo, os sujeitos e os destinatários da obra evangelizadora da Igreja; imediatamente pastoral a segunda, isto é, pondo continuamente a tónica na coloração peculiar que toma a doutrina teológico-pastoral ao ser projectada sobre os problemas concretos que oferece o mundo em que vivemos.

Essas duas frentes são tratadas simultaneamente, de modo que a ordem de exposição é dada pela consideração doutrinal do assunto, e no seio do seu desenvolvimento encontram-se as considerações sobre os problemas peculiares

¹ Pode ver-se uma apreciação dos trabalhos do IV Sínodo em P. RODRIGUEZ, *Quasi un giallo per un documento: il quarto Sinodo dei Vescovi*, em «Studi Cattolici» 18 (1974) 738-744. Da problemática que o Sínodo devia abordar ocupei-me em *Evangelización y salvación*, em «Nuestro Tiempo» 42 (1974). O texto resume o trabalho apresentado na XXVII Semana Espanhola de Missionología, publicada nas Actas sob o título *La evangelización en el plan salvífico de Dios*. Vid. «La evangelización del mundo actual», Burgos 1975, pp. 379-398.

que aparecem na Igreja e no mundo contemporâneo. Podemos dizer, sem medo de errar, que a *Evangelii nuntiandi* é a descrição mais importante oferecida até agora pelo Magistério pastoral de um Pontífice acerca dos caminhos em que deve discorrer a pregação do Evangelho.

O fundo doutrinal em que se baseia a exposição deve procurar-se, sem dúvida, nos principais documentos do Concílio Vaticano II, sobretudo, *Lumen gentium*, *Gaudium et Spes* e *Ad gentes*. É a pergunta sobre a «vida» cristã, que o Concílio pretendia estimular na Igreja, o que está por detrás de toda a Exortação de Paulo VI aos fiéis: «Que é a Igreja, dez anos após o Concílio? Está ancorada no coração do mundo e é suficientemente livre e independente para interpelar o mundo? Dá testemunho da própria solidariedade para com os homens e ao mesmo tempo do Deus Absoluto? Ganhou em ardor contemplativo e de adoração e põe mais zelo na actividade missionária, caritativa, libertadora?... Todos somos responsáveis pelas respostas que possam dar-se a estas perguntas» (n.º 76).

Nesta perspectiva de doutrina e de vida o documento aborda o seu assunto em sete partes: Na *primeira* (nn. 6-16) contempla-se Cristo que é, ao mesmo tempo, «evangelizador e Evangelho» e que tem inseparavelmente associada a Igreja para a sua missão evangelizadora na história, pelo que carece de qualquer sentido a tentativa de alguns, «desorientados no seu espírito» (n. 16), de anunciar um Cristo sem Igreja. A *segunda* (nn. 17-24) é uma resposta à questão central: Que é evangelizar? Destaca na resposta a exigência de um anúncio *explicito* do mistério cristão: «não há verdadeira evangelização enquanto não se anunciar o nome, a doutrina, a vida, as promessas, o reino, o mistério de Jesus de Nazaré, Filho de Deus» (n. 22). A *terceira* parte (nn. 25-39) descreve o «conteúdo da evangelização»: «um conteúdo essencial, uma substância viva, que não se pode modificar nem passar por alto sem desnaturalizar gravemente a própria evangelização» (n. 25). Deus — que «não é um poder anónimo e longínquo, mas o Pai» (n. 26) —, a vida eterna como fim do homem, o mistério do mal do Maligno, a Igreja e os sacramentos como meios da graça, a necessidade da oração, da adoração e da acção de graças: tudo isto é núcleo inalienável do Evangelho. Mas a Igreja recebeu também do seu Senhor uma doutrina acerca do homem — «uma mensagem explícita sobre os direitos e deveres de toda a pessoa humana, sobre a vida familiar, sobre a vida comunitária da sociedade, etc.» (n. 29), que fundamenta a perspectiva cristã da promoção humana, que é desenvolvimento e libertação. É este o lugar em que Paulo VI explicita o que já disse aos Padres Sinodais, no seu discurso de clausura do Sínodo, acerca das relações entre «evangelização» e «libertação».

A *quarta* parte do nosso documento está dedicada aos «meios de evangelização» (nn. 40-48): o Papa começa pelo testemunho cristão — testemunho «de fidelidade e santidade» (n. 41) —; seguem-se as diversas formas de pregação — homilia, catequese variada, meios de comunicação social —, pondo um acento peculiar na necessidade insofismável da «pregação de pessoa a pessoa», porque, «no fundo, existe por acaso outra forma de comunicar o Evangelho que não seja a de transmitir ao outro a experiência própria de fé?» (n. 46); culminando todo o processo na vida sacramental: o Papa rejeita da forma mais explícita a oposição, que fazem alguns «pastoralistas», entre evangelização e sacramen-

talização. É este o lugar que aproveita Paulo VI para recolher a interessante recuperação que fez o IV Sínodo da chamada «piedade popular» como dado fundamental para a acção evangelizadora.

«Os destinatários da evangelização». Na quinta parte (nn. 49-58) da *Evangelii nuntiandi*, o Santo Padre volta a lançar mão dos famosos círculos concêntricos que contemplava na sua grande encíclica *Ecclesiam suam*. Como destinatários da pregação específica do Evangelho aparecem agora: os que nunca ouviram falar de Cristo, os cristãos descristianizados, os crentes não cristãos, todos os fiéis católicos. Esta secção inclui uma importante planificação de outro tema sinodal: as chamadas «comunidades de base» (cf. n. 58).

A sexta parte contém uma extensa consideração (nn. 59-73) dos «agentes da evangelização». Começa o Santo Padre recalcando com novo vigor o carácter essencialmente eclesial da obra evangelizadora: é a Igreja quem evangeliza e toda a Igreja é evangelizadora, analisando as relações entre as Igrejas locais e a Igreja universal no momento de realizar a tarefa. Eis aqui, portanto, outro dos temas sinodais, carregado de implicações pastorais e teológicas no documento. Neste contexto eclesiológico estudam-se os «sujeitos» pessoais da missão: o Sucessor de Pedro, os Bispos e sacerdotes, os religiosos, os leigos — especial consideração da família e dos jovens dentro do apostolado dos leigos (nn. 70-72) —, terminando com um apontamento sobre os ministérios não ordenados.

A sétima e última parte (nn. 74-80) da *Evangelii nuntiandi* não é senão uma vibrante meditação sobre o «espírito» com que deve abordar-se a obra evangelizadora. «Este «espírito» é o fruto da docilidade ao Espírito, pois «o Espírito Santo é o agente principal da evangelização» (n. 75). Santidade de vida e amor à unidade e à verdade: estas são — segundo Paulo VI — as características imprescindíveis para anunciar o Evangelho. «Dizêmo-lo a todos: é necessário que o nosso zelo evangelizador brote de uma verdadeira santidade de vida. Sem esta marca de santidade, a nossa palavra dificilmente abrirá brechas no coração dos homens deste tempo. Corre o risco de tornar-se vã e infecunda» (n. 76). Quanto à santidade de vida, o pregador «transmite aos cristãos certezas sólidas baseadas na Palavra de Deus, e não dúvidas ou incertezas nascidas de uma erudição mal assimilada» (n. 79).

Na *conclusão*, o Santo Padre afirma que esta tarefa evangelizadora poderia ser um programa que «se prolongue ao largo destes anos que preanunciam a vigília de um novo século, e a vigília do terceiro milénio do cristianismo» (n. 80).

Na minha citada crónica do Sínodo, fazia eco de que nos ambientes sinodais se dizia «que o discurso do Santo Padre foi o verdadeiro *documento* deste IV Sínodo» (p. 740). Indiscutivelmente poderia considerar-se assim pela força e pelo rigor doutrinal com que estava escrito e pelo acolhimento que lhe dispensaram os Padres. E, contudo, era necessariamente *parcial* — só se tocavam certos aspectos da evangelização — e *de urgência* — o Papa queria afastar quanto antes alguns possíveis equívocos no terreno da doutrina e da *praxe* pastoral. Era antes um balanço e uma promessa. Por isso é a *Evangelii nuntiandi* a que responde propriamente ao documento esperado. O seu «clima» doutrinal e espiritual é o mesmo que o do citado discurso, mas tem, em contraste — já o dissemos — uma exposição que quer ser *total* e *duradoira*.

Ao fazer a exposição sintética do conteúdo do documento, fomos indicando pontos que mereceriam ser estudados com um mínimo de calma. Mas não posso pretender, nestes breves apontamentos, fazer um verdadeiro comentário a este importante acto do Magistério de Paulo VI. Estas páginas pretenderiam antes ser um simples convite à leitura meditada da *Evangelii nuntiandi*. E, para delimitar o seu sentido, desejo sublinhar duas ideias do Papa, que me parecem, na verdade, clarificadoras de todo o conjunto.

A primeira recai sobre o próprio conceito de evangelização, ao qual se dedica a importante secção II do documento (nn. 17-24). O Papa trata na *Evangelii nuntiandi* de superar as definições excessivamente polarizadas, fruto de uma teologia pastoral acadêmica, que divide e compartimenta o que na realidade está inseparavelmente unido. E isto, porque «nenhuma definição parcial e fragmentária reflecte a realidade rica, complexa e dinâmica que a evangelização comporta, a não ser correndo o risco de empobrecê-la e inclusivamente mutilá-la» (n. 17). Com efeito, nem a simples proposição do *Kerigma* aos não cristãos, nem a catequese dos fiéis, nem sequer a pregação em qualquer das suas formas — litúrgicas ou não —, podem pretender a exclusividade no momento de definir o que é evangelizar. Muito menos as formas, mais ou menos diluídas de actividade orientada para a transformação do mundo segundo a vontade de Deus, Criador e Redentor, como a definição de alguns durante o Sínodo. Paulo VI é claro neste ponto: «É impossível compreender a evangelização, sem um esforço para abranger conjuntamente todos os seus elementos essenciais» (n. 17). Os números 18-23 da Exortação descrevem esses elementos. Leiam-se detidamente para compreender o que o Papa chama «o sentido da evangelização».

Mas a sua preocupação — insisto — é evitar uma consideração polarizada dos mesmos: porque «alguns deles revestem tal importância que se tem a tendência para identificá-los simplesmente com a evangelização» (n. 17). Pelo contrário, a consideração integral e unitária de todos eles constitui — segundo o próprio Paulo VI — uma chave para a interpretação de todo o documento e das intenções profundas dos Bispos do Sínodo: «Estes elementos — renovação da humanidade, testemunho, anúncio explícito, adesão do coração, entrada na comunidade, acolhimento dos sinais, iniciativas de apostolado — podem parecer contrastantes, inclusivamente exclusivos. Na realidade são complementares e mutuamente enriquecedores. É preciso ver sempre cada um deles integrado com os outros. O mérito do recente Sínodo consistiu em ter-nos convidado constantemente a compor estes elementos, em vez de os opor entre si, para ter a compreensão plena da actividade evangelizadora da Igreja» (n. 24).

O Papa renuncia, portanto, a uma «definição» da evangelização no sentido estrito da palavra. Poderíamos dizer que concebe a evangelização como um «processo», com múltiplos aspectos e elementos, esforçando-se por delimitar suficientemente cada um deles, mas estando convencido de que não se pode saber *que é* a evangelização a não ser procurando ver dinamicamente o conjunto.

Há algum aspecto desse quadro sobre o qual a visão de Paulo VI ponha um acento especial? Depois de uma leitura atenta das suas palavras, parece-nos que sim. Eu chamar-lhe-ei o *primado da pessoa*. E com isto passo ao segundo dos sublinhados que prometi.

O Papa tem bem presente, na sua descrição da evangelização e dos seus fins, que é a humanidade, como um todo, quem deve receber o influxo redentor da palavra evangélica, com a consequente «transformação» do mundo dos homens: «Evangelizar significa para a Igreja levar a Boa Nova a todos os ambientes da humanidade e, com o seu influxo, transformar desde dentro, renovar a própria humanidade: *eis que torno novas todas as coisas* (Ap. 21,5)». A sua fina sensibilidade apostólica fá-lo perceber que «o que importa é evangelizar — não de uma maneira decorativa, como um verniz superficial, mas de maneira vital, em profundidade e até às suas próprias raízes — a cultura e as culturas do homem no sentido rico e amplo que têm estes termos na *Gaudium et Spes*» (n. 20). Mas, chegado a este ponto da sua reflexão, é quando aparece o acento a que me refiro, que adquire no contexto cultural e eclesiológico contemporâneo uma importância difícil de exagerar. O Papa exprime-o laconicamente: «a verdade é — diz — que não há *humanidade nova* mas há *homens novos* (é o Papa quem sublinha), com a novidade do Baptismo (cf. Rom 6,4) e da vida segundo o Evangelho (cf. Ef 4,23-24; Col 3,9-10)» (n. 18). Com estas palavras entendo que o Papa sai ao caminho — delicada, mas inequivocamente — da tentação mais estendida de que hoje enfermam muitas posições pastorais. Refiro-me ao esquecimento prático, já que nem sempre teórico, de que são homens, homens concretos, homens de carne e osso, com nomes e apelidos próprios, com problemas seus — pessoais —, aos quais deve chegar o Evangelho. Para que sejam eles — eles pessoalmente — quem se santifiquem, se renovem — sejam homens *novos* — e contribuam para a renovação de «todos os ambientes da humanidade», ou — o que é o mesmo para a *Evangelii nuntiandi* —, para que «transformem com a força do Evangelho os critérios de juízo, os valores determinantes, os centros de interesse, as linhas de pensamento, as fontes inspiradoras e os modelos de vida da humanidade, que estão em contraste com a Palavra de Deus e com o desígnio de salvação» (n. 19). Não se trata, portanto, de um individualismo que ignora os aspectos colectivos do homem, os graves condicionamentos que oferecem à pessoa as estruturas económicas e sociais. Antes pelo contrário: é a humanidade inteira, na sua mais extensa e intensa dimensão social e cultural, que se tem continuamente em vista, mas — dir-nos-á o Papa — «tomando sempre como ponto de partida a pessoa e tendo sempre em conta as relações das pessoas entre si e com Deus» (n. 20).

Talvez a partir daqui se possam diagnosticar muitos fenómenos da vida eclesiástica contemporânea. Abunda uma literatura pastoral e, consequentemente uma «planificação» pastoral nos diversos níveis eclesiásticos, que opera continuamente com uma visão da evangelização de sinal oposto a esta que encontramos na *Evangelii nuntiandi*. O homem concreto, que é o único que existe, esfuma-se, desaparece da reflexão — e, sobretudo, da acção — pastoral. Dir-se-ia que aos «agentes» da evangelização isso lhes parece pouco. O que desejam é que surja a «nova humanidade» em Cristo e, para esse fim, o importante não é converter os homens que tenho à mão, mas modificar as «estruturas sociais». Subtilmente — por vezes grosseiramente — despersonalizou-se o homem, no sentido mais estrito da palavra. Porque a pessoa — di-lo a sabedoria cristã — é o irrepetível, o incomunicável, o não fungível. Mas nesta estratégia pastoral considera-se o homem mero *produto* da estrutura (social, cultural, económica, etc.). Ora, esse produto não nos agrada, é mau, não é cristão, porque elas — as

estruturas — são más, não são cristãs. Depois da mudança que operará nas estruturas a evangelização, o produto será bom, será cristão. Mas será produto! E o homem não é um produto, o cristão não é um produto. O homem — melhor dito, cada homem — é uma imagem de Deus, e o cristão — cada cristão — é uma vocação divina pessoal que pede livre correspondência.

Nunca nos nossos países de velha Cristandade se escreveu tanto sobre metodologia pastoral nem se planeou tanto a pastoral como nos nossos dias. Quase se poderia dizer que ao passado juridismo esclerótico sucedeu, na organização eclesiástica, um angustiante estruturalismo pastoral que devora nas suas assembleias e planificações os «agentes» da evangelização, que já não falam de Deus a homens concretos, mas que consomem as suas vidas a preparar documentos, esquemas de trabalho, apontamentos de reflexão, projectos para falar de Deus ao «homem futuro» — que não existe: é uma abstracção com a qual opera dialecticamente a sociologia marxista —, enquanto ficam abandonados os «homens presentes» que sim existem... «Morre o meu povo por falta de doutrina», exclamava Oseas.

Frente a esta pastoral *abstracta*, Paulo VI propõe na *Evangelii nuntiandi* uma pastoral *realista*, baseada no dramático realismo da pessoa humana, que está aí, e que tem que ser evangelizada já, agora, para que ela, por sua vez, evangelize a outra também de carne e osso como ela e, também como ela redimida pelo Sangue Precioso do Salvador. Desde este inalienável reduto pessoal, a evangelização abre-se até ao horizonte colectivo da humanidade, até aos novos céus e à nova terra, que não são «produto» de uma mecânica social, mas duma maravilhosa e livre doação de Deus à livre correspondência das pessoas humanas. «A finalidade da evangelização é, por conseguinte, essa mudança interior do homem e, se houvesse que resumi-la numa palavra, o melhor seria dizer que a Igreja evangeliza quando, só pela força divina da Mensagem que proclama, trata de converter ao mesmo tempo a consciência pessoal e colectiva dos homens, a actividade em que eles estão comprometidos. a sua vida e o seu ambiente concreto» (n. 18).

Os Bispos, ao reunirem-se para começar o Concílio Vaticano II, comprometeram-se perante o mundo do seguinte modo: «Esforçar-nos-emos por manifestar aos homens destes tempos a verdade pura e íntegra de Deus, de modo que a entendam bem e a aceitem gostosamente». Era um compromisso público de evangelizar. A *Evangelii nuntiandi*, datada intencionalmente no décimo aniversário do Concílio Vaticano II, é uma exortação a valorar o que fizemos os católicos — e não só os pastores — nestes dez anos.

Mas, acima de tudo, é uma exortação a rectificar os nossos erros e a empreender, com novo brio, a tarefa irrenunciável de falar aos homens de Deus: desse Deus que amou tanto o mundo que lhe deu o seu Filho Unigénito.

PEDRO RODRIGUEZ